

Cenário Internacional: Em 2018, a economia mundial deverá crescer 3,7%, resultado do crescimento sincronizado dos grandes blocos econômicos, que pode estar perto do fim. Os riscos estão associados ao sobreaquecimento nos EUA, cotações do petróleo e tensões geopolíticas.

- O FMI projeta crescimento real dos EUA em 2,3% em 2018, baseado em um mercado de trabalho aquecido (taxa de desemprego em mínimo histórico, 4,4%) e crescimento nominal da massa salarial (+3,2%, em 12 meses) - dando origem ao ciclo de alta na demanda e na produção industrial (+2,9%, nos 12 meses encerrados em outubro). Nesse cenário, é provável que em 2018 as taxas básicas de juros se elevem mais rapidamente do que vimos em 2017, podendo impactar as condições de financiamento externo das economias emergentes;
- A economia chinesa deverá registrar 6,5% em 2018, apoiado no alto nível de investimento agregado (42% do PIB) e na política expansionista que visa a ampliação da oferta. Já na Zona do Euro, prevê-se crescimento de 1,9% do PIB em 2018, sustentado pela expansão da atividade doméstica e das exportações;
- As tensões geopolíticas também se elevam em 2018: crise na península coreana; despreparo e jogo perigoso de Trump na política internacional, confrontando a comunidade internacional em Jerusalém, no Iêmen, no Reino Unido e no Projeto Europeu; tensões separatistas na Europa (Catalunha); crescimento da violência política na América Latina;
- Os riscos a serem monitorados mais de perto estão associados ao sobre-aquecimento nos EUA, com elevação das taxas de juros internacionais, volatilidade nas cotações do petróleo e tensões geopolíticas.

Cenário Nacional: PIB volta a crescer, com indicadores de atividade e confiança apontando continuidade de retomada lenta. Porém, indefinições no cenário político-institucional comprometem a necessária recuperação da taxa de investimento agregado compatível com crescimento sustentado.

- Embora o resultado do PIB do 3º tri tenha vindo abaixo das expectativas de mercado, os indicadores de atividade vêm registrando trajetória de recuperação desde julho. Mesmo com grande ociosidade, os empresários estão retomando os investimentos em capacidade produtiva. Entretanto, a taxa de investimento (16% do PIB) ainda é insuficiente para garantir uma taxa de crescimento consistente para os próximos anos, situação agravada pelo ambiente político conturbado e indefinição nas eleições presidenciais de 2018.
- O relatório Focus, do dia 15 de dezembro, aposta num crescimento de 2,6% para 2018. O cenário macroeconômico e político reflete o escasso capital político do Governo Temer para aprovar no Congresso emendas constitucionais adicionais de ajuste fiscal antes de 2019, destaque para a Previdência. Destaque também para a provável condenação de Lula em 2ª instância, em 24 de janeiro, com início de uma batalha legal para manter a candidatura.
- Dado o cenário benigno da inflação (IPCA 2017 fecha próximo a 2,8% a.a.), a taxa Selic encerra o ano em 7% a.a. (novo corte é possível). A curva de juros futuros em elevação denota ceticismo no ajuste fiscal no curto prazo, já que projeta elevação de juros a partir de meados de 2018 acima da alta da inflação, podendo converter a atual retomada em novo "voo de galinha".

Cenário Estadual: A retomada do emprego formal e a taxa de desocupação em queda acontecem de forma lenta no Estado, fortemente amparadas pelas políticas contracíclicas do Governo. Um desafio estruturante será construir capacidade gerencial para explorar novas fontes de financiamento para a infraestrutura e para as políticas de inclusão socioprodutiva, tanto no nível estadual, quanto municipal.

- Em 2017, a geração líquida de empregos formais no Estado do Maranhão, a partir de julho, transformou o fechamento de cerca de 12 mil postos formais em 2016 (e 15 mil no ano anterior), para a provável criação de 3 mil empregos no acumulado do ano. Do ponto de vista setorial, o subsetor da Construção Civil (destaque para a Construção de Edifícios), que fechou 18 mil vagas de emprego formal em 2015-16, é aquele que, juntamente com o Comércio (-3 mil vagas) vem explicando a reação mais lenta do emprego formal no Estado.
- A retomada se dá de forma lenta, não obstante o conjunto de despesas contracíclicas do governo do Estado em obras de infraestrutura e na ampliação da prestação de serviços de utilidade pública, tais como saúde, educação e políticas de inclusão socioprodutiva. Para 2018, a tendência é de continuidade da criação de empregos formais, dado o avanço de projetos de investimentos públicos e privados no Estado.
- Os indicadores de endividamento das famílias, a contração do crédito imobiliário, e o provável cenário de incertezas fiscais, em um quadro de continuidade da crise político-institucional, deverão retirar fôlego do processo de retomada da atividade econômica no Maranhão. O cenário base discutido com os dados disponíveis até o momento apontam para uma taxa de crescimento do PIB maranhense de 2,4% em 2018, em linha com o nível nacional.
- Com base nos relatórios de execução orçamentária do Maranhão, os investimentos públicos cresceram 23,5% de janeiro a agosto contra igual período de 2016, grande parte com recursos do Tesouro Estadual. Os investimentos estão concentrados na construção e pavimentação de rodovias, construção de escolas, hospitais e unidades de segurança.
- No comparativo do acumulado até out entre 16/15 e 17/16, em ambos a Receita Total registra crescimento real de 1,3%. No entanto, nota-se a diferença da composição da arrecadação total. No comparativo de 16/15 o crescimento foi puxado pela alta das Receitas de Capital, notadamente operações de crédito. O contraponto se deu nas Receitas Correntes, que mesmo diante de desempenho favorável da arrecadação do ICMS, apresentou queda real em razão da diminuição das transferências da União que representam em média 50% do total arrecadado.
- Na comparação de 17/16 houve inversão da dinâmica de arrecadação. A combinação de aumento das Transferências Correntes e avanço da Arrecadação Própria - em menor proporção - resultou em crescimento das Receitas Correntes que compensou apenas parcialmente a forte redução das Receitas de Capital, reflexo da não realização de novos aportes de crédito.
- A mudança aconteceu também no lado das despesas: houve melhora da composição dos gastos entre 2015 e 2017, visto pela queda das despesas com Serviço da Dívida e pelo avanço dos dispêndios em Investimentos (R\$ 986,4 milhões até out/16 para R\$ 1,6 bilhões até out/17).

Desempenho das Receitas - Valores reais acumulado até out - 2015, 2016, 2017

DESCRIÇÃO	Acum. Do Ano			Crescimento (%)	
	2015 (a)	2016 (b)	2017 (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
RECEITA TOTAL	13.049,9	13.220,5	13.398,6	1,3	1,3
RECEITAS CORRENTES	13.919,2	13.824,4	14.233,9	-0,7	3,0
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.706,8	6.041,1	6.271,2	5,9	3,8
ICMS	4.736,9	5.019,6	5.188,1	6,0	3,4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.992,7	6.529,6	6.746,2	-6,6	3,3
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.219,8	1.253,7	1.216,6	2,8	-3,0
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	513,1	436,7	497,7	-14,9	14,0
RECEITAS DE CAPITAL	387,8	693,3	474,5	78,8	-31,6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	338,1	484,1	361,2	43,2	-25,4
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.770,4	-1.734,0	-1.807,4	-2,1	4,2

Fonte: SEPLAN/MA

- Já as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com grande destaque para gastos previdenciários, cresceram no período (+12,3% considerando as aposentadorias RPPS, reserva remunerada, reforma militares e pensões RPPS e militar) o que, em futuro próximo, comprometerá o equilíbrio fiscal do Estado.
- A crise fiscal-financeira do Governo Federal e sua difícil resolução nos próximos anos determina que os gastos federais, que tiveram enorme papel dinamizador sobre a economia maranhense no período 2002-2012 (elevação real do salário mínimo, Programa Bolsa-Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Crédito Estudantil, entre outros), deverão desempenhar um papel secundário do desenvolvimento do Estado.
- Um dos aspectos críticos dos próximos anos será construir capacidade gerencial para explorar novas fontes de financiamento para a infraestrutura e para as políticas de inclusão socioprodutiva, tanto no nível estadual, quanto no municipal.

DESCRIÇÃO	Acum. Do Ano			Crescimento (%)	
	2015 (a)	2016 (b)	2017 (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
DESPESA TOTAL	12.885,3	13.374,7	14.672,0	3,8	9,7
Despesas Correntes	11.474,3	11.525,8	12.427,7	0,4	7,8
Pessoal e Encargos Sociais	6.418,6	6.376,8	6.855,8	-0,7	7,5
Juros e Encargos da Dívida	364,0	376,4	326,5	3,4	-13,3
Outras Despesas Correntes	4.691,7	4.772,6	5.245,4	1,7	9,9
Despesas de Capital	1.411,0	1.848,9	2.244,3	31,0	21,4
Investimentos	986,4	1.203,7	1.633,7	22,0	35,7
Amortização da Dívida	423,4	516,5	500,8	22,0	-3,0
Inversões financeiras	1,1	128,7	109,7	11.358,7	-14,7
Serviço da Dívida¹	787,5	892,9	827,3	13,4	-7,3

Fonte: SEPLAN/MA 1Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida